

CARTA ABERTA AOS PARAIBANOS

O SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DA PARAÍBA (SINDIPETRO/PB), entidade representantedos revendedores de derivados do petróleo e produtos/serviços congêneres, que em conjunto concretizam aproximadamente 30% (trinta por cento) da arrecadação do ICMS do Estado da Paraíba e geram um expressivo número de empregos, vem à público externar seu repúdio a intolerável forma com a qual o Governo da Paraíba e a Prefeitura de João Pessoa conduzem uma suposta gestão da crise vivenciada pela nossa população em face da pandemia decorrente da proliferação do Coronavírus.

É compreensível a adoção de medidas restritivas visando salvaguardar a vida das pessoas. No entanto, tais medidas exigem que concomitantemente sejam efetivadas ações responsáveis, planejadas, eficientes e direcionadas a ofertar condições mínimas ao reestabelecimento do convívio social e o indispensável desenvolvimento das atividades econômicas.

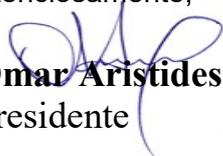
A publicação neste último sábado (30/05/2020) do Decreto Estadual nº 40.289/2020 revela a estarrecedora incapacidade dos nossos governantes em apresentar diretrizes minimamente eficazes para o enfretamento desse indesejável momento. Nos leva, ainda, a concluir que nada de efetivo e eficiente foi por eles implementado, pois já se passaram praticamente 90 (noventa) dias que se reconheceu o estado de calamidade e apenas se vê o alargamento dos sacrifícios impostos aos paraibanos, sem que em contrapartida a eles tenha sido ofertado melhores condições sanitárias e de serviços de saúde, muito menos perspectivas quanto à necessária retomada das atividades geradoras de renda e manutenção da empregabilidade. A inépcia é latente e lastimável.

Merecem ser enfaticamente repelidas também a falsa abertura ao diálogo com a sociedade civil e os setores produtivos, tiranicamente decretada através do Decreto Estadual nº 40.288/2020, e a imposição de um “lockdown”, embora covardemente denominado de outras formas. O diálogo amplo e aberto foi até presente o momento rejeitado pelos gestores das duas esferas de governos já citadas, não fazendo sentido a crença de que serão disponibilizados mecanismos eficientes para sua concretização nos próximos 15 (quinze) dias. Assim, evidencia-se unicamente uma tentativa de compartilhar com a sociedade civil e o setor privado a inoperância e ineficiência dessas gestões, ora refletidas na ausência de apresentação imediata de um plano de retomada (mesmo que gradual) da atividade econômica.

Em razão do compromisso desta entidade e de seus associados com a sociedade paraibana, revela-se indispensável a presente manifestação de repúdio e o engajamento de nossa categoria na defesa dos mais legítimos interesses dos paraibanos que rejeitam o tratamento autoritário e ineficiente perfilhado pelos agentes públicos responsáveis pela fracassada condução desse momento crítico em nosso Estado e em nossa capital.

João Pessoa, 31 de maio de 2020.

Atenciosamente,



Omar Aristides Hamad Filho
Presidente